

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Mesa da Assembleia
 - 1.2 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATA**



ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 6/5/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de março de 2019, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab –, referente ao mês de março de 2019, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 31/3/2019, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Isso posto, por meio da Deliberação nº 2.708/2019, a Mesa altera a Deliberação nº 2.565, de 10 de junho de 2013, que consolida as normas relativas à assistência prestada pela Assembleia Legislativa na área de saúde. A seguir, a Mesa autoriza a abertura do Pregão Eletrônico nº 15/2019 – Processo no Portal de Compras nº 1011014 31/2019 –, para a contratação de vigias e porteiros, conforme solicitação da Gerência-Geral de Polícia Legislativa. Dando continuidade aos trabalhos, a Mesa, em cumprimento ao disposto no inciso VI do art. 79, c/c os incisos XXXII do art. 82, e I do art. 86 do Regimento Interno desta Assembleia, para fins do previsto na Instrução Normativa TCE-MG nº 3/2011, que dispõe sobre a fiscalização dos atos concessionários de aposentadoria, reforma e pensão, bem como atos de complementação e de cancelamento, dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Estado e dos Municípios, em especial no disposto nos arts. 2º, 8º e 9º da referida instrução, opina pela regularidade e legalidade das aposentadorias requeridas pelos servidores Antônio Ricardo Lopes, Edson Andrade e Pedro Aurélio Conde Baêta da Costa, tendo em vista o cumprimento dos requisitos legais, e após os devidos processos, lavrados em observância ao prescrito no § 1º do art. 5º da mencionada Instrução Normativa e arquivados nesta Assembleia, autorizando o encaminhamento dos processos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG –, através do sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos

termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 13/5/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagem do deputado João Vitor Xavier, relativas ao mês de janeiro de 2019. Isso posto, a Mesa autoriza a adesão à Ata de Registro de Preços nº 36/2017, oriunda do Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 36/2017, da Universidade Federal da Bahia, para a aquisição de microcomputadores, conforme solicitação da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, autorizando, conseqüentemente, a despesa em favor da empresa Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a sociedade empresária Hitachi Kokusai Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., tendo como objeto prestação de serviços de manutenção corretiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo – parecer favorável à revisão dos anexos do contrato originário, para alteração de localidades de instalação de 28 sistemas, considerando manifestações da Gerência-Geral de Radiodifusão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Repórter Rafael Martins referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Associação Mineira de Municípios – AMM –, tendo como objeto a participação da Assembleia no 36º Congresso Mineiro de Municípios e patrocínio financeiro ao evento realizado pela AMM – parecer favorável à celebração, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 191/2019, de autoria do deputado Bruno Engler, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre a composição, de forma detalhada, da tarifa de energia elétrica e sobre a possibilidade de redução dos custos ao consumidor final – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 217/2019, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre o Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, especificando-se como está a organização do governo para a implementação do referido plano, como será feita a articulação intersetorial para o cumprimento da agenda e quais os responsáveis por área – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 320/2019, de autoria da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao diretor da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, em Alfenas, pedido de informações sobre a situação denunciada pelos moradores do município acerca da diferença entre o percentual de tratamento de esgoto pago por eles e a cobertura feita pela companhia, bem como sobre as medidas adotadas pela empresa para tratamento do esgoto antes de lançá-lo no córrego da cidade – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 340/2019, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre todas as obras nas escolas estaduais que não foram executadas entre 2015 e 2018 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 512/2019, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o atraso dos repasses aos municípios dos recursos destinados à aquisição de medicamentos – parecer pela aprovação com a Emenda nº 1, aprovado; Requerimento nº 558/2019, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que requer seja encaminhado aos secretários de Estado de Fazenda e de Governo pedido de informações sobre

quais medidas o governo pretende tomar para reagir às isenções de ICMS concedidas pelo Estado de São Paulo e evitar a evasão das montadoras de veículos que atuam em Minas Gerais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 629/2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o montante de recursos a serem destinados à execução das políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais, especificando-se quais ações e projetos serão desenvolvidos no Estado – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 785/2019, de autoria do deputado João Magalhães, em que requer seja encaminhado ao superintendente do Crédito e Cobrança – Sucred – da Secretaria de Estado de Fazenda pedido de informações, em decorrência da audiência pública da Comissão de Administração Pública realizada em 9/4/2019, sobre a suposta ruptura dos acordos previstos na Lei nº 22.549/2017 e no Decreto nº 47.210/2017, consubstanciadas em documentos que discriminem: a relação de todos os processos de dação em pagamento habilitados nos moldes da referida lei e decreto; data de ingresso do pedido; bens apresentados por cada um dos contribuintes que realizaram a habilitação com fins de adjudicação/dação em pagamento; laudo de avaliação elaborado pela MGI, outro órgão ou servidor, de cada um dos processos de dação/adjudicação dos bens; nota técnica emitida pela MGI em cada um dos processos; despacho da Secretaria de Fazenda acerca da viabilidade ou não de adjudicação dos bens apresentados; valores envolvidos nos pedidos de adjudicação dos bens e informação sobre o tempo em cobrança do crédito tributário envolvido; e o percentual de recebimento dos créditos tributários inscritos em dívida ativa – parecer pela aprovação, aprovado. A seguir, a Mesa manifesta-se favorável à concessão do Adicional de Desempenho – ADE –, nos termos da legislação vigente, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 29 de abril de 2019, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 15 de abril de 2019, e homologa a lista por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à obtenção do ADE no ano de 2019. Ato contínuo, a Mesa manifesta-se favorável à concessão de progressão e promoção na carreira, a partir de 1º de janeiro de 2019, aos servidores efetivos e do Grupo de Execução da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação vigente, à vista do parecer do Conselho de Diretores, de 29 de abril de 2019, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Gestão de Pessoas em 15 de abril de 2019, e homologa a listagem por ela elaborada contendo o nome dos servidores aptos à evolução na carreira. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 13/5/2019, o servidor Leonardo Bergson Castro Sanches, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 10/5/2019, o servidor Liordino Pinheiro dos Santos, ocupante do cargo efetivo de agente de execução das atividades da Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 15 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 15 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 3/5/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, a Mesa autoriza a abertura do processo nº 1011014 040/2019, Pregão Eletrônico nº 20/2019, destinado à contratação de direito de uso de 4.5 MHz de capacidade espacial em satélite – banda C –, conforme solicitação da Gerência-Geral de Radiodifusão. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/5/2019, a servidora Laura Aparecida de Souza Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 6 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 6 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/5/2019

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo Requerimento nº 326/2019, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o débito acumulado pelo governo do Estado com o Hospital de Cataguases – Santa Casa de Misericórdia –, e sobre a previsão de quitação desse débito – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 336/2019, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que solicita seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre a situação atual da estrutura predial e de funcionamento de todas as escolas estaduais, ressaltando-se a manutenção, a conectividade, a merenda, o sistema de monitoramento e as obras – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 371/2019, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações, consubstanciadas no laudo atualizado de cada barragem, sobre a situação das barragens atualmente ameaçadas de rompimento, localizadas em Nova Lima (Mar Azul), Barão de Cocais (Gongo Soco), Itatiaiuçu (Serra Azul) e Congonhas (Casa de Pedra) – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 513/2019, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o cronograma de término de obras em dezenas de unidades básicas de saúde em vários municípios mineiros – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 916/2019, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais –

Detran-MG – pedido de informações, a serem entregues na audiência pública da comissão, consubstanciadas em estudo de impacto financeiro para o Município de Belo Horizonte, nos últimos cinco anos, em decorrência da não exigência, apenas para esse município, dos documentos previstos no art. 1º da Portaria nº 408/2017, do Detran-MG, que estabelece que, junto com a documentação exigida para o registro de veículo automotor (ficha cadastral), ou quando da alteração de dados com troca de placas alfanuméricas de identificação veicular, será indispensável a apresentação de cópia da nota fiscal referente à compra da placa ou tarjeta emitida em nome do adquirente, documento fiscal fornecido necessariamente por estabelecimento devidamente credenciado pelo Detran-MG para atividade de confecção de placas e tarjetas automotivas, além da necessidade de apresentação do documento original de autorização de fabricação de placa ou tarjeta emitido pelo Sistema de Fábrica de Placas – Sifap –, bem como informação sobre o número total de veículos emplacados no município nos últimos cinco anos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 917/2019, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Detran-MG pedido de informações consubstanciadas em lista com a razão social e o endereço dos fabricantes ou estampadores localizados no Município de Belo Horizonte, a ser entregue em audiência pública da comissão – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; ao deputado Cristiano Silveira, Requerimento nº 360/2019, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações consubstanciadas em números da redução de custos esperada com o fechamento das unidades e agências da companhia localizadas no interior do Estado; requer, ainda, sejam encaminhadas à Cemig as notas taquigráficas da 1ª Reunião Extraordinária daquela comissão, que teve por finalidade debater o referido assunto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 614/2019, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a autorização de funcionamento de incinerador de resíduos sólidos nos Municípios de Boa Esperança e Sarzedo – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e de acordo com a Lei nº 15.014, de 15/1/2004, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, 5.195, de 4/7/2000, e 5.310, de 21/12/2007, exonerando, a pedido, a partir de 7/5/2019, Cristiane Alves de Souza Campos do cargo de analista legislativo – na especialidade de consultor legislativo; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 6/5/2019, o servidor José Neves de Siqueira Junior, ocupante do cargo de oficial de execução das atividades da Secretaria; nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c art. 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 7/5/2019, o servidor Fernando Eustaquio Travaglia, ocupante do cargo efetivo de técnico de apoio legislativo; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 7/5/2019, o servidor Ricardo Sergio Brandão, ocupante do cargo efetivo de analista legislativo – redator-revisor. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 13 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 15/5/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide rejeitar o Requerimento nº 496/2019, de autoria da Comissão de Administração Pública, contendo pedido de providências para a deflagração de processo legislativo com o objetivo de fixar o subsídio dos secretários de Estado, nos termos do art. 66, inciso I, alínea “c” da Constituição do Estado. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Atual Service Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e material necessário, nas dependências da Casa e anexos, em feiras e exposições em órgãos públicos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 24 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 24 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 24/5/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de acordo de cooperação técnica a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, tendo como objeto a realização conjunta de programa de televisão, a ser exibido na TV Assembleia, para divulgar e esclarecer os cidadãos sobre temas político-eleitorais – parecer favorável à celebração, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Líder Táxi Aéreo S.A. – Air Brasil –, tendo como objeto a prestação de serviços de transporte aéreo, por meio de fretamento de aeronaves, modalidade táxi-aéreo – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Antônio Carlos Arantes, Requerimento nº 379/2019, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre quantos e quais são os municípios mineiros que possuem aterros sanitários devidamente licenciados e sobre como é feito o descarte de resíduos sólidos urbanos nos municípios que não possuem aterros sanitários licenciados – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 570/2019, de autoria da Comissão de Prevenção e

Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a dotação orçamentária prevista para a futura Superintendência de Políticas sobre Drogas, esclarecendo se tal valor será suficiente para garantir a execução de todas as ações realizadas até então pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 926/2019, de autoria da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a interrupção dos repasses previstos na Lei nº 20.824, de 31 de julho de 2013, que dispõe sobre a concessão de incentivos a projetos esportivos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 1.019/2019, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as escolas estaduais de ensino regular do Estado que recebem alunos com deficiência, com dados sobre: número de alunos com deficiência incluídos no ensino regular; composição das equipes multiprofissionais nessas escolas; qualificação dos seus professores e profissionais de apoio; e condições de acessibilidade das instituições – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.199/2019, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre os pagamentos de diárias realizados a oficiais comandantes de unidades, de diretorias da corporação e demais coronéis da ativa, nos últimos três anos, consubstanciadas em lista contendo nome, posto, função do militar e valores recebidos, considerando-se as graves denúncias aportadas nessa comissão durante a 11ª Reunião Ordinária, realizada em 14/5/2019 – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 28 de maio, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de maio de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 28/5/2019

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Air System Engenharia Ltda. – EPP –, tendo como objeto o fornecimento e a instalação de sistema de climatização por expansão direta tipo VRF – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 8/2019, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo requerimento de natureza administrativa do deputado Alencar da Silveira Jr. referente a assistência médica – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Casablanca Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Unimed Belo Horizonte – Cooperativa de Trabalho Médico –, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Saúde Ocupacional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a C & C Empreendimentos Comerciais e Serviços Especializados em Geral – Eireli –, tendo como objeto a

execução de serviços de jardinagem, com fornecimento de defensivos, adubos, terra e espécies vegetais e de manutenção preventiva e corretiva e assistência técnica do sistema de irrigação automatizada das áreas verdes do Palácio da Inconfidência, seus anexos e entorno – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Reprografia e Conservação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Requerimento nº 680/2019, de autoria do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de informações sobre as causas dos problemas de abastecimento de água em Paracatu, especificando se a companhia tem adotado ou adotará, e em quanto tempo, medidas para a solução dos problemas de falta de abastecimento – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 1.186/2019, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações, relativamente ao relatório de execução apresentado pela entidade por meio do Ofício nº 28/2019, consubstanciadas na relação de projetos aprovados no escopo do art. 17 da Lei nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, especificando-se o montante previsto e executado para cada um dos projetos em questão – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Antônio Carlos Arantes, Requerimento nº 327/2019, de autoria do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao presidente em exercício do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Ipsemg – em Belo Horizonte, pedido de informações sobre a previsão de pagamento dos débitos referentes ao Hospital de Cataguases – Santa Casa de Misericórdia – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Cristiano Silveira, Requerimento nº 64/2019, de autoria da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os resumos executivos dos resultados das auditorias extraordinárias determinadas pelo Decreto nº 46.993, de 2016, com destaque para os casos em que houver recomendação de providências para a regularização das barragens, com especial atenção para os empreendimentos situados a montante dos reservatórios do Rio Manso e do Sistema de Abastecimento do Rio Paraopeba – parecer pela aprovação, aprovado; ao deputado Carlos Henrique, Requerimento nº 1.198/2019, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre os procedimentos administrativos e inquéritos policiais militares instaurados em face das denúncias apresentadas pelo Ten.-Cel PM Domingos Sávio de Mendonça na 11ª Reunião Ordinária, com o envio de cópias à comissão das portarias e, caso já tenham sido finalizados, das conclusões – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 3 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 3 de junho de 2019.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/8/2019

Às 14h11min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Marília Campos e Andréia de Jesus, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater o feminicídio, tendo em vista os dados do *Atlas da violência 2019*, do Ipea. A seguir, comunica o recebimento de ofício da Sra. Viviane Souza Teixeira, gestora municipal de Assistência

Social de Felixlândia, publicado no *Diário do Legislativo* em 11/7/2019. A presidenta acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.357/2015, no 2º turno (deputada Andréia de Jesus), Projeto de Lei nº 18/2015, no 2º turno (deputada Celise Laviola); e avoca para si a relatoria das visitas realizadas em 15 e 18/7/2019 à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e à Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher do Município de Santa Luzia, nos termos dos Requerimentos nºs 3.260 e 2.101/2019, respectivamente. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Krislane de Andrade Matias, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea; Ingrid Estevam, delegada de Polícia do Núcleo Especializado de Investigação de Crimes de Femicídio; Ermelinda de Fátima Ireno de Melo, membro da Rede Feminista de Saúde; Maria Dirlene Trindade Marques, economista e coordenadora da Rede Feminista de Saúde – Seção Minas Gerais; Marlise Míriam de Matos Almeida, coordenadora Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher da UFMG – Nepem; Viviane Coelho Moreira, diretora de Políticas Para as Mulheres – DITM-PBH; e os Srs. Ivan José Lopes, superintendente de Inteligência e Informações Policial da Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG; Maj. PM Jovanio Campos Miranda, assessor de Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando Cel. Alexandre Magno de Oliveira, diretor de Apoio Operacional da PMMG. A presidenta, como autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Marília Campos, presidente – Beatriz Cerqueira – Sávio Souza Cruz.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 13/8/2019****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 568/2019, da Comissão de Transporte, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informações sobre a Rodovia MG-167, que liga os Municípios de Varginha e Três

Pontas, especificando se já existe projeto de restauração e construção da terceira via em pontos de aclives e qual o prazo para o início das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 636/2019, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o pagamento de auxílio pecuniário às famílias da Ocupação William Rosa, em Contagem, em especial sobre o atraso no pagamento do benefício no ano de 2019. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.278/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e ao governador do Estado pedido de informações sobre o número de escolas em tempo integral no Estado e o número de alunos atendidos por essas escolas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.474/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a previsão de realização da próxima Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.572/2019, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de início das obras de restauro e reforma do prédio onde funcionava a Escola Estadual Delfim Moreira, no Município de Juiz de Fora. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.932/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o quantitativo atual de poços tubulares existentes e em operação no Estado, em especial nas regiões do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.936/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre o uso de tecnologias sociais e sustentáveis no abastecimento de água e tratamento de esgoto nas cidades da área de atuação da Copanor. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.937/2019, da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis para o abastecimento de água e o tratamento de esgoto nos municípios do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.397/2018, do deputado Léo Portela; 369/2015, do deputado Fred Costa; 971/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.010/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.294/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.279/2015, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.313/2016, do deputado Inácio Franco; 3.533/2016, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.692/2016, do deputado Leonídio Bouças; 3.919/2016, do deputado Cássio Soares; 4.279/2017, do deputado Duarte Bechir; 4.338/2017, do deputado Bosco; 4.797/2017, do deputado Cristiano Silveira; 5.119/2018, do deputado Rogério Correia; 5.477/2018, da Comissão de Direitos Humanos; 22 e 122/2019, do deputado Noraldino Júnior; 146/2019, do deputado João Leite; 480/2019, do deputado Betão; 516/2019, do deputado Coronel Henrique; 600/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 695/2019, da deputada Ione Pinheiro; 781 e 782/2019, do deputado Cleitinho Azevedo; 794/2019, da deputada Marília Campos; 818/2019, do deputado Charles Santos; 827/2019, do deputado Osvaldo Lopes; 847/2019, do deputado João Magalhães; 853/2019, do deputado Tito Torres; 873/2019, do governador Romeu Zema Neto; 878/2019, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 894/2019, do deputado Virgílio Guimarães; 899/2019, do deputado Tito Torres; e 907/2019, do deputado Celinho Sintrocel.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.173/2015, do deputado Neilando Pimenta; 2.714/2015, do deputado Rogério Correia; 5.377/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago; 5.436/2018, do deputado Lafayette de Andrada; 5.503/2018, do deputado Fred Costa; 835/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; 839/2019, do deputado Braulio Braz; 860/2019, do deputado André Quintão; 888/2019, do deputado Noraldino Júnior; 893/2019, do deputado Zé Guilherme; 927/2019, do deputado Doutor Paulo; 930/2019, do deputado Agostinho Patrus; e 932/2019, do deputado Doutor Jean Freire.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 872/2019, do governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.243/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; 2.246/2019, da Comissão de Direitos Humanos; 2.286/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; 2.334/2019, do deputado Coronel Henrique; e 2.349 a 2.351/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 58/2016, do Tribunal de Justiça; e Projeto de Lei nº 2.790/2015, do deputado Cássio Soares.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 910/2019 (parecer sobre emendas), do Procurador-Geral de Justiça; 5.359/2018, do deputado Mário Henrique Caixa; 738/2019, do deputado Bartô; e 826/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.373/2019, do deputado Bruno Engler.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.017/2018, do deputado Rogério Correia.

Requerimentos nºs 2.259, 2.261 e 2.262/2019, da Comissão de Direitos Humanos; 2.343/2019, do deputado Raul Belém; e 2.354/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.317/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 2.326/2019, do deputado Betinho Pinto Coelho; e 2.330 e 2.342/2019, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com os paratletas mineiros Ana Paula Caldeira, Meirycool Júlia Duval, Daniel Alves Rodrigues e Rafael Medeiros Gomes, pela conquista do campeonato feminino e do bicampeonato masculino da Copa das Federações de Tênis em Cadeira de Rodas de 2019, e com o Sr. Leonardo Flávio de Oliveira, técnico e coordenador das equipes.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.211 a 2.215/2019, da deputada Ione Pinheiro; 2.231/2019, do deputado Leonídio Bouças; 2.310 e 2.311/2019, do deputado Douglas Melo; 2.314/2019, do deputado Duarte Bechir; e 2.333/2019, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 2.316/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 2.320/2019, do deputado Zé Reis; e 2.355/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 14/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a ouvir a secretária de Estado de Educação sobre a disposição das atuais vagas do programa Escola em Tempo Integral.

Recebimento e votação de requerimentos.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 13/8/2019, às 9 horas, ao Hospital Júlia Kubitschek, com a finalidade de verificar as condições de funcionamento e de atendimento à população.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2019, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os desafios da pesquisa e da educação superior da rede pública estadual e as perspectivas de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 26/2019, que garante os recursos constitucionais para a Fapemig, a Uemg e a Unimontes.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2019, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 872/2019, do governador do Estado, de votar, em turno único, os Requerimentos nº 2.243/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, 2.246/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 2.286/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, 2.334/2019, do deputado Coronel Henrique, e 2.349 a 2.351/2019, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos moradores das unidades residenciais do programa Lares Geraes, principalmente quanto às providências tomadas pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab-Minas – para o cumprimento do art. 58 da Lei nº 22.606, de 20/7/2017, que autoriza a alienação dos imóveis residenciais, dando preferência aos atuais ocupantes, e pela Advocacia-Geral do Estado em relação às ações de reintegração de posse, em especial no que se refere à interrupção das referidas providências e dos respectivos mandados.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2019, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Doutor Jean Freire, Doutor Paulo e Hely Tarquínio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a falta de medicamentos imunossupressores na assistência farmacêutica no Estado.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/8/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 872/2019, do governador do Estado, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.243/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, 2.246/2019, da Comissão de Direitos Humanos, 2.286/2019, do deputado Delegado Heli Grilo, 2.334/2019, do deputado Coronel Henrique, 2.349 a 2.351/2019, do deputado Sargento Rodrigues, de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cássio Soares, André Quintão, Gustavo Valadares e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/8/2019, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2019.

Doutor Jean Freire, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 8/8/2019

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, convidados das galerias, hoje saímos de uma reunião para a qual fomos convidados pelo comandante-geral da Polícia Militar, o Cel. Giovane Gomes da Silva, e pelo comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Falo isso, Sr. Presidente, porque fiz questão de levar a nossa preocupação, presencialmente e pessoalmente, aos comandantes que lá se encontravam e às entidades de classe da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar – várias delas estavam lá presentes.

Em que pese os comandos, ele apresentava uma série de números e de dados, dados referentes ao orçamento, à receita e aos gastos com despesa de pessoal do Estado, que me fez passar um livro na memória, que foi recobrando o que aconteceu em 1997. E o que aconteceu em 1997? Eduardo Azeredo, à época, governador do Estado, permitiu um reajuste para os oficiais da Polícia Militar, e nenhum centavo aos praças. Naquela época, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós percebemos que a postura que o comando-geral da instituição teve foi a de dizer que estava tudo bem, que o salário não estava defasado e que a situação era tranquila. E, quando o comando assustou, as tropas da Polícia Militar de Minas Gerais, àquela época, com 222 anos de instituição, ganhavam as ruas da capital mineira pela primeira vez em toda a sua história.

Hoje, Sr. Presidente, ao ver o comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar tentar mostrar os números do Estado, passa novamente esse filme pela nossa cabeça em dizer que essa, eu diria, estratégia, essa postura adotada, não reflete a realidade das ruas e dos quartéis; não reflete a realidade daqueles que estão na ponta da linha: do bombeiro militar, do policial militar, do policial civil, do agente penitenciário e socioeducativo. Como sempre faço e sempre fiz, desde quando ainda era 2º-sargento, quando participei da primeira comissão de negociação, em junho de 1997, muito antes de chegar a esta Casa, eu fui absolutamente sincero e transparente ao comandante-geral da Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar Minas Gerais. Falei: “Olhe, nós não sentamos à mesa com o governo e não discutimos dados do governo. Quem faz essa discussão é o secretário de Planejamento e Gestão e o da Fazenda com o governador”. Nós, não. O papel nosso, enquanto parlamentar, representante de classe e das nossas associações e sindicatos, é defender aqueles que não têm vez e não têm voz.

E por que reafirmo isso, Sr. Presidente? Olhe, agora foi dado o reajuste de 16,58%, aprovado pelo Congresso, para os ministros do STF, procuradores federais, com repercussão imediata nos estados, para juízes e desembargadores, promotores e procuradores, conselheiros dos tribunais de contas. Eles receberam 16,58%. Algum membro da magistratura do Ministério Público quis discutir Lei de Responsabilidade Fiscal, quis discutir, Sr. Presidente, se havia dinheiro em caixa ou não? Não, tanto é, Sr. Presidente, que os deputados federais e senadores resolveram não aplicar o reajuste para eles e não aprovaram, e, por consequência, os deputados estaduais em todo o Brasil também não tiveram os 16,58%.

Graças a Deus, deputado Carlos Henrique. Gracias a Deus, nós não devemos aqui em Minas, porque como íamos explicar isso para o conjunto dos servidores públicos? Agora, quando se trata de um pedido de reajuste, porque infelizmente o desgoverno do PT em Minas Gerais deixou sequelas horríveis, devastou o Estado igualzinho uma praga de gafanhotos, e a consequência disso foi extremamente danosa para os servidores públicos, civis e militares. Há quatro anos, os servidores da segurança pública não recebem a reposição da perda inflacionária.

Eu pediria a nossa competente assessoria da Mesa que trouxesse para mim a Constituição da República, se possível, já aberta no art. 37.

Não que eu desconheça o texto, mas quero fazer a leitura *ipsis litteris*, porque o inciso X do art. 37 da Constituição da República diz o seguinte: “É assegurada a revisão geral anual”. Faz quatro anos! Aí algumas pessoas falam: “Deputado, mas o

governador Romeu Zema tem só oito meses de governo”. Quem assume o governo, Sr. Presidente, assume bônus e ônus. Então, Sr. Presidente – agradeço à assessoria – o que diz o inciso X: “A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa de cada caso, assegura revisão geral anual sempre na mesma data e sem distinção de índices”. Olhem, foi dada a reposição da perda inflacionária, Sr. Presidente, para juízes, desembargadores, promotores, procuradores e conselheiros dos tribunais de contas de todo o Brasil. E o restante dos servidores? Nada! Quatro anos sem reposição da perda inflacionária, três anos e meio de um maldito parcelamento. E por que falamos “maldito parcelamento”, Sr. Presidente? Maldito porque vem causando um estrago enorme na vida das famílias desses servidores. Muita gente aqui talvez não tenha tido a experiência de ser arrimo de família desde cedo, como passei a ser desde os 14 anos de idade. Está ali o meu colega Osvaldo Lopes, levantando a mão. Fui arrimo de família desde os 14 anos. A minha carteira foi assinada aos 15 anos. Então sabemos perfeitamente o que é ir à mercearia e, muitas vezes, comprar fiado; ou, às vezes, fazer uma compra no supermercado de itens absolutamente necessários, sem nenhum tipo de material supérfluo, porque o dinheiro não dá; ter que trabalhar e tomar cuidado para não faltar nenhum dia de serviço, mesmo doente, para não ter desconto e ter o dinheiro para pagar o aluguel, o gás, a luz, a água. É assim que a família mais humilde sobrevive.

Hoje, deputado Osvaldo Lopes, os servidores da segurança pública estão desesperados, por quê? São três anos e meio de parcelamento. Isso vai virando uma bola de neve, porque eles se socorrem com cheque especial, com cartão de crédito. No Banco do Brasil, no Itaú, na Caixa Econômica Federal, no Santander, no Itaú-Unibanco, eles não querem se o seu pagamento é no dia 13 ou no dia 27. Chegou a data da cobrança, eles cobram, e, a partir daí, juros: juros escorchantes, juros estratosféricos, alarmantes, absurdos, os juros do cartão de crédito e do cheque especial. Essas famílias da segurança pública estão vivendo esse temor. Com três anos e meio de parcelamento, deputado Osvaldo Lopes, houve uma bola de neve, um prejuízo enorme.

Então, o que quero trazer aqui, Sr. Presidente, é a nossa preocupação. No dia 22 de agosto, a partir das 14 horas, está marcada uma megamanifestação na Cidade Administrativa, em que os servidores da segurança pública não abrirão mão do seu direito. A Constituição, deputados Osvaldo Lopes e Cleitinho Azevedo, não pode ser uma letra morta. Se juízes, desembargadores, promotores e procuradores tiveram reajuste de 16,58%, aliás, reposição de perda inflacionária, como é que o restante dos servidores, que ganha muito menos, como o soldado que ganha R\$4.000,00 brutos, R\$3.400,00 líquidos, vai ficar quatro anos sem reposição?

O constituinte originário foi aquele, deputado Cleitinho Azevedo, que escreveu a Constituição em 1988. Quando ele coloca no inciso X do art. 37: “Assegurada a revisão geral anual”. Foi o que nós chamamos de gatilho para reposição da perda inflacionária. Então, hoje são quatro anos de um salário, sem reposição de perda inflacionária, acumulando uma perda de 25%, que é $\frac{1}{4}$ do salário do servidor, corroído pela inflação.

Então, no dia 22 de agosto, presidente, está marcada uma gigantesca manifestação. Há caravanas vindo de todas as partes do interior do Estado. Eu, inclusive, já aprovei um requerimento para que a Comissão de Segurança Pública acompanhe a manifestação e participe da mediação junto ao governo, até para assegurar os direitos, deputado Cleitinho Azevedo, que são cláusulas pétreas da Constituição da República, que são intocáveis, que são normas de eficácia plena e de aplicação imediata, que é o direito de reunião, de manifestação, de greve, que está aqui petrificado nos direitos e garantias fundamentais da Constituição da República.

Então, nós estaremos lá, Sr. Presidente, no dia 22 de agosto, a partir das 14 horas, em nome da Comissão de Segurança Pública, para acompanhar a manifestação, para mediar. Deixo aqui um recado para o governador Romeu Zema. Governador Romeu Zema, em 20 anos de mandato, e obviamente o que antecedeu 1997, em que eu participei diretamente com o governo de uma negociação, antes da minha expulsão da Polícia Militar, na greve de 1997, ainda como 2º-sargento da ativa... Queria deixar um recado aqui para o governador Romeu Zema: “Governador Romeu Zema, eu disse ao senhor, no dia em que o senhor colocou o pé aqui, na nossa posse, quando o cumprimentei, peguei em sua mão” - deputado Osvaldo Lopes e Cleitinho Azevedo - “e disse: ‘Priorize os servidores públicos, porque são eles que carregam a máquina pública’. Se o professor não está em sala de aula, não haverá aula. Se o

bombeiro não está lá em Brumadinho, não haverá socorro às vítimas. Se o policial civil não está lá para concluir o inquérito e mandá-lo para a Justiça, não há justiça, não há punição. Se o médico, a enfermeira não está lá no Hospital João XXIII, não tem ninguém para cuidar da saúde. Se o policial militar não está nas ruas, patrulhando 24 horas por dia, em 853 municípios e 197 distritos, não há segurança pública neste estado. Então, governador Romeu Zema, priorize os servidores públicos”.

Na reunião da qual já tomei conhecimento de que o secretário de Planejamento e Gestão vai nos chamar segunda-feira, dia 12, às 8 horas da manhã, Dr. Otto Levy, secretário de Planejamento e Gestão, não venha com a frieza técnica de tentar trazer números, porque este deputado e o conjunto dos deputados que representam a classe de segurança pública e as nossas entidades de classe não discutimos números com o governo. Essa discussão, o senhor a faz internamente. Nós discutimos é a condição social e humana dos trabalhadores da segurança pública. É isso que nós levamos para a mesa de negociação.

Governador, priorize isso, porque, talvez, o senhor não terá tempo de fazê-lo depois do dia 22 de agosto, porque essa gigantesca manifestação ocupará a sede do Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa. Então, é bom que o governador comece a se mexer, comece a se mover para encontrar uma solução o mais breve possível. Eu não estou aqui, governador, fazendo nenhum tipo de ameaça, até porque eu não tenho necessidade de fazê-lo. Eu vim aqui trazer um alerta e fazer um pedido ao governador. Governador, sente-se antes e negocie, senão o senhor não vai conseguir trabalhar tranquilamente no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Raul Belém* – Cumprimento o caro presidente, as senhoras deputadas, os senhores deputados, os servidores desta Casa e o público que nos assiste pela TV Assembleia.

Em primeiro lugar, quero reforçar o convite a todos os deputados para a nossa audiência pública do dia 14, próxima quarta-feira, quando vamos tratar do programa Transforma Minas, criado pelo governo do Estado, para preencher vagas de cargos comissionados em superintendências nas regiões de Minas Gerais.

Muita coisa precisa ser explicada nessa audiência pública, e espero poder contar com os deputados e com as deputadas aqui. Até encaminhei um ofício ao gabinete de todos os deputados fazendo esse convite e pedindo para que possam trazer assuntos referentes à questão do Transforma Minas. O deputado Sávio também fez uma solicitação da convocação da Comunitas, que também é uma organização de sociedade civil, assim como a Vetor Brasil. E não param de nos chegar informações.

Temos uma preocupação, porque muitas pessoas que participaram do programa Transforma Minas e que não tiveram qualquer tipo de retorno são servidores públicos de carreira do Estado de Minas Gerais e estão com muito medo, deputada Beatriz, de poderem contar de que forma foi feito o processo seletivo, sem a devida clareza e sem a devida responsabilidade que tem que haver. Então, nos preocupamos muito com toda essa situação.

Portanto, esperamos a presença do Ministério Público do Estado aqui e principalmente a presença do cidadão, deputado Zé Guilherme, que, com toda boa intenção e com toda a fé, acreditou que pudesse participar de um processo seletivo que fosse feito dentro da maior transparência. Mas, infelizmente, semana passada, cento e tantos superintendentes tomaram posse lá na Cidade Administrativa, e muitas pessoas que participaram do processo não têm, absolutamente, informação alguma de como ele se deu, qual foi a lista dos aprovados ou quem passou na primeira fase, na segunda fase, na terceira fase.

Também trago aqui, pela experiência de realizar essa audiência, a dificuldade de manter contato com essa organização da sociedade civil. Difícil demais! A organização é parceira do governo, e a gente não sabe de que forma se deu essa parceria. Não temos conseguido praticamente nenhum contato com essa organização. Agora, o mais grave ainda, deputado Doorgal, é não recebermos informação por parte do governo do Estado.

Encaminhamos, no dia 4 de julho, um pedido de informação para a Secretaria de Planejamento sobre essa audiência pública que vai haver dia 14. Já faz mais de um mês. No dia 14, teremos audiência pública e nenhuma resposta foi dada a este deputado, a esta Casa e à comissão, à qual este deputado pertence.

Então, nós ficamos extremamente preocupados. O deputado Doorgal está colocando aqui uma preocupação e falando: “Oh, imagine o deputado que ainda não é da base!”. Está se referindo... Porque eu faço parte do bloco da base do governador. Mas nós estamos aqui para fazer uma cobrança e não deixaremos de fazê-la de forma alguma. Assim, nós, deputada Beatriz, estaremos aqui, de forma veemente, defendendo a Cemig, que é um patrimônio do povo de Minas Gerais, que é um patrimônio que precisa ser respeitado. O que nós estamos observando hoje é que o próprio presidente da Cemig não respeita a companhia, tem desvalorizado a companhia. Será que ele fazia isso quando era presidente da Fiat? Será que ele tratava a Fiat como um problema para tirar das costas?

Então, infelizmente, nós precisamos falar aqui, desta tribuna, todos os dias, porque a Cemig não tem culpa de nada. Muito pelo contrário. A Cemig não tem culpa de a energia de Minas Gerais ser cara. O nosso ICMS é um dos mais caros para a energia, até porque não temos ICMS por causa da Lei Kandir. O que se gera hoje, em Minas Gerais, é energia elétrica. E o ICMS é lá em cima. O ICMS do combustível também é lá em cima.

A Cemig é um patrimônio dos mineiros e tem grandes projetos, como, por exemplo, o Clarear e o Projeto de Eletrificação Rural. Duvido muito que uma empresa privada tenha interesse em dar continuidade a esse tipo de projeto. Preocupa-me, por exemplo, um estado que tem uma força enorme no campo... Hoje praticamente 90% dos pequenos produtores rurais que retiram o leite têm lá um tanquinho de resfriamento. Se um dia a Cemig for privatizada, será que a empresa que comprá-la vai lá para restabelecer a energia, a ponto de não perder o leite daquele produtorzinho, do pequeno? Porque a Cemig faz isso. É lógico que não é 100% perfeito, mas faz isso ao longo dos anos. A gente acompanha o trabalho da Cemig.

Agora, no Estado de Goiás, nós estamos vendo a tristeza da Enel, que comprou a Celg. O governador de Goiás está fazendo das tripas coração para reverter essa situação. Então, é lamentável e triste ver o povo de Goiás sofrendo com uma empresa privada que não tem a mínima condição de oferecer energia elétrica, que é uma questão básica para todo cidadão, para o empresário, para tudo. Então, estrategicamente, é uma tragédia. Eu não sei se as pessoas pensaram nisso aí. Minas não está preparada, nem as empresas que têm se posicionado também não estão preparadas para fazerem essa privatização.

O deputado Zé Guilherme (em aparte)* – Muito obrigado, nobre deputado Raul Belém. Caro deputado, é uma preocupação muito grande que esta Casa deve ter com esse processo seletivo que foi implantado pelo governo do Estado de Minas Gerais. É tudo muito obscuro. É tudo muito feito às escondidas. Nós precisamos ter noção de quem está por trás disso e qual foi o critério usado, porque temos notícias, como você também, nobre deputado, de que várias pessoas que participaram desse processo não tiveram a mínima resposta e não sabem como ele foi feito.

Então, é uma coisa muito séria. Estamos entregando Minas Gerais, estamos entregando os postos-chaves do nosso estado. Não sabemos para quem e com qual interesse isso está sendo feito. É muito sério isso que está acontecendo no Estado de Minas Gerais. Pode contar com este deputado nessa sua bandeira. Desde o início, falei com V. Exa. dessa preocupação também, da qual faço parte. Temos que enfrentar isso com muita coragem. Não podemos...

Quem está por trás disso? Qual a grande empresa? O nobre deputado disse que não consegue falar com ela. Mas como?

O deputado Raul Belém – Não tem como.

O deputado Zé Guilherme (em aparte)* – É público. Estamos falando de um emprego público. Como não conseguimos falar com essa empresa? Tenho lá minhas dúvidas, deputado, se eles virão aqui na quarta-feira, porque você não conseguiu falar com ninguém. Será que eles virão? Tive notícias que não falam por telefone, só por troca de *e-mails*. Não conversam. Que coisa mais estranha. Que coisa mais esquisita. Que coisa mais obscura.

Então, estarei presente lá nessa audiência também. É importante que esta Casa se posicione sobre esse assunto. É muito sério. Estamos entregando todos os postos-chaves do Estado de Minas Gerais. Não sabemos para quem e com qual interesse essas pessoas estão lá do outro lado.

Então, deputado, parabéns por essa medida, por essa audiência pública que conseguiu. Estaremos lá, e de olhos abertos, para a defesa do povo de Minas Gerais. Obrigado pelo aparte.

O deputado Raul Belém* – Muito obrigado, deputado Zé Guilherme. Agradeço pelo aparte que o senhor fez na nossa fala.

De fato, essa preocupação tem de ser de todos nós. Se isso vier a acontecer, de a organização Vetor Brasil e a Comunitas não aparecerem nessa audiência pública, acredito que é uma falta de respeito enorme com esta Casa e é uma falta de respeito do governo do Estado, enorme, com o Poder Legislativo e com o povo de Minas Gerais, porque estamos tratando de um assunto do interesse do povo de Minas, um processo que, com certeza, deveria, se não foi, ser público, ser transparente, para todos terem o conhecimento máximo em relação à forma como ocorreu essa seleção. Não sabemos nem como ocorreu a relação de contratação, deputado Cleitinho, do Estado com essa organização da sociedade civil. Então, é algo que o Estado precisa nos explicar, é algo que essas organizações precisam nos explicar, porque, na administração pública, isso é uma questão que o governo precisa aprender. É preciso dar satisfação, sim, porque é público. Não é como na privada, que acha que pode tocar da forma que quiser e que ninguém tem nada com isso. Não podemos admitir isso, porque é uma falta de respeito com o cidadão. Não conseguir se comunicar com quem está prestando um serviço para o Estado? “Ora, o Estado não está pagando nada por esse serviço.” Não está pagando, mas isso me preocupa muito mais, porque há grandes empresários que estão pagando os salários dessas pessoas que estão nessa organização da sociedade civil. Olhem a preocupação. O deputado Sávio Souza Cruz trouxe aqui uma informação, e isso é para todo mundo ver, que quem assumiu a Copasa era o gestor da Águas do Brasil, que é uma empresa privada de saneamento. Ele hoje está na Copasa. Será que a Águas do Brasil quer comprar a Copasa? Hoje quem está lá é o ex-comandante da Águas do Brasil. Assim, nos preocupamos muito com tudo isso que está acontecendo.

O deputado Raul Belém – Concedo um aparte ao meu amigo deputado Bartô.

O deputado Bartô (em aparte) – Raul, tenho de parabenizá-lo por essa iniciativa. Acho que, acima de dar uma satisfação para os funcionários públicos, como você bem levantou, isso deve ser feito para toda a sociedade, que deve ter clareza de como está sendo esse processo. Tenho certeza de que o governo é bem-intencionado, mas, claro, o governo é tão grande, a máquina é muito grande. Houve falhas, sim. No meu gabinete chegaram várias denúncias. Então, parabênizo vocês que estão tomando a iniciativa, que estão realmente procurando onde estão esses erros e indo atrás do que pode ter acontecido de errado, para poder sanar. Conte com meu apoio para isso.

O deputado Raul Belém* – Muito obrigado. Agradeço muito, deputado Bartô. Você, sempre ponderado, mesmo sendo um deputado do Partido Novo, está aqui para defender o interesse do povo mineiro. Não podemos confundir as coisas. Não somos empregados do governo. Somos empregados do povo de Minas Gerais, que é quem paga os nossos salários. Devemos satisfação ao povo de Minas, e tudo aquilo que traz desconfiança, que não traz clareza, precisamos levantar a fundo.

Eu até acho que isso terá um desdobramento enorme. Se essas empresas, deputado Zé Guilherme, se essas organizações de sociedade civil não aparecerem aqui, isso terá um desdobramento enorme. Nós precisamos convocá-las, porque elas estão prestando serviço ao governo do Estado de Minas Gerais, para que se dê satisfação ao povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os presentes.

* – Sem revisão dos oradores.

O deputado Bartô – Boa tarde, caros colegas. Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos os funcionários da Casa. Hoje eu venho aqui com muita tristeza levantar um fato que aconteceu no final de semana passado, de extrema brutalidade: o assassinato de

um senhor de 87 anos, que teve a sua casa invadida durante a noite. A pessoa que entrou é um brutamonte que, não satisfeito em espancar o idoso, também estuprou esse idoso de 87 anos. Todas as cenas foram gravadas, porque ele era um senhor debilitado, que sofria de mal de Parkinson, e sua família tinha essa preocupação com ele, por isso havia câmeras dentro da casa.

O que nos deixa mais estupefato é ver como a nossa sociedade ainda está à mercê de casos como esse. E, no caso, o bandido, o criminoso, inescrupuloso, o animal – não tenho nem palavras para descrever tamanha brutalidade – já era reincidente, cometeu um crime parecido, com outro idoso de 97 anos. Ele estava foragido e, dessa vez, foi pego e está preso na penitenciária de Montes Claros.

O que eu venho defender aqui, hoje, é a pena de morte, é entender que quando a gente poupa o lobo a gente sacrifica os cordeiros. Um bandido, um animal que fez o que fez com um senhor de 97 anos já tinha motivos suficientes para estar preso e não ter sido solto, hora nenhuma. E, infelizmente, pela falha da Justiça, ele pôde cometer mais um crime, essa atrocidade. Não há palavras que descrevam isso. Eu fiquei realmente chocado. Eu fiquei gripado esta semana, e acredito até que a gripe veio pela falta de estrutura que eu tive ao receber essa notícia. Infelizmente, o idoso era próximo a mim, é pai de um rapaz que é amigo da minha família, o que nos faz refletir também no tanto que todos os dias passamos as páginas dos jornais, vemos realmente várias atrocidades ali, e, às vezes, não nos importamos com o que está ali.

O idoso era uma pessoa por quem eu não tinha tanta proximidade assim, não o conhecia, mas o seu filho tinha recordações de quando eu era pequeno. Então não tenho tanta proximidade assim. Na época de campanha, eu estive com ele, e ele me atendeu muito bem, rodamos bastante em Montes Claros. Apesar de ter pouco convívio com ele, me machucou profundamente sentir a realidade daquele crime e ver como a gente passa página, passa página, passa página no jornal, vê noticiário e não se importa com aquilo que está acontecendo. A gente não se indigna mais com o que está acontecendo lá. Esse crime parou Montes Claros, deixou Montes Claros toda indignada. Será que esse crime vai cair no esquecimento daqui a seis meses? Será que vai haver justiça para esse bandido, para esse animal que está preso na penitenciária?

Então, eu venho aqui fazer um forte apelo às autoridades responsáveis pela penitenciária: que não deem nenhum tratamento especial a esse animal, que deixem esse bandido realmente numa cela comum, e ele que se entenda com os outros detentos na penitenciária. Uma pessoa dessa não merece nenhum tratamento especial, não merece o respaldo do Estado, não merece que o Estado faça qualquer coisa para prevenir qualquer coisa que possa acontecer com ele.

Novamente: o Estado precisa rever se podemos ou não ter pena de morte. É muito triste falar que o Estado vai ter a decisão sobre a vida de uma pessoa, principalmente em um Estado que a gente sabe que tem muitas falhas, em que acontecem muitas falhas. Que se façam regras, então, mais claras. Reincidência, por exemplo. O raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Se a pessoa cometeu um crime pelo qual é digno perder a vida, que prendam a pessoa, que mantenham a pessoa na cadeia. Quando ela cumprir a pena, sair e der o azar de cometer novamente... Não existe esse negócio de azar – deu azar duas vezes? Então, que seja na reincidência que venha a pena de morte. Quando você não mata um animal como esse, esse animal mata toda uma sociedade.

Montes Claros não é mais a mesma nessa semana que passou. Muitas pessoas em sofrimento. Eu fiquei totalmente desestruturado a manhã inteira, perdi a cabeça, não sabia o que falar direito. Peguei minhas malas – estava em São João del-Rei – para ir a Montes Claros e entrei no carro. No meio da estrada, vi que não dava tempo de chegar, que não fazia sentido e voltei. Estava com o meu filho e não consegui nem dar atenção a ele direito. Liguei para o comandante, que me atendeu muito bem; liguei para o responsável pela penitenciária, que também me atendeu muito bem.

Fico imaginando como fica a família desse idoso. Todo mundo aqui tem pai. Como você ficaria se soubesse que seu pai foi brutalmente assassinado assim? Isso acabaria com a sua vida, acabaria com a vida dos seus netos, acabaria com a vida de todo mundo à sua volta. Então, por que o Estado ainda insiste em proteger a vida desses animais? Não é culpa do Estado que existam animais como esses. Infelizmente a natureza é assim, há coisas que são inexplicáveis. Eles estão lá, não tem por que a gente ficar perguntando

por que estão lá, como podem melhorar. Simplesmente existem coisas que não há como melhorar, simplesmente há coisas que realmente a gente tem que sacrificar pelo bem maior de outros. Quando a gente tem toda uma sociedade refém de crimes como esses... É só você passar a página de um jornal que você verá, hoje já deve ter um crime como esse também, se a gente procurar no jornal. Então, é preciso dar um basta nisso, tem que haver pena de morte, tem que haver –, é preciso tirar essas pessoas que colocam tão em risco a nossa sociedade.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado. Queria me solidarizar com o sentimento que você demonstra a nós. Nós sempre imaginamos, como você já disse, a família neste momento. Há anos acompanhando essas situações no Estado e mesmo na esfera federal – nós já participamos de comissões, no âmbito nacional, tratando de temas como esse de brutalidade –, eu, de alguma forma, formei um entendimento sobre isso e queria, de alguma forma, compartilhar com você e com todos, depois de muitos anos lidando com essa questão. Primeiro, acho que você está totalmente correto em relação a uma questão: a família precisa de apoio. A nossa Constituição prevê que, nesses crimes, a família tenha direito a uma indenização, que, muitas vezes, não acontece, porque os familiares nem a buscam. A dor é muito grande, uma coisa como essa atinge muito fortemente a família.

Como você disse, o Estado tem uma responsabilidade. Não é o primeiro crime dessa pessoa, então, o Estado tem a obrigação de dar uma assistência psicológica à família. E nós podemos melhorar a legislação em relação a essa questão. Coloco-me junto com você para melhorarmos e darmos condição, nesses momentos, para o Estado dar atenção à família. Como você disse, nesse momento, juntar os cacos da família é algo quase impossível se não houver uma ajuda técnica, uma ajuda especializada, uma ajuda médica para essa família.

Outra coisa que a gente tem que lembrar, caríssimo deputado Bartô, é o seguinte. Eu e você fazemos parte de uma outra civilização. Essa civilização anterior a olho por olho, dente por dente, a civilização da Mesopotâmia, a civilização que, como não havia aborto naquele tempo ainda, quando o bebê nascia, eles o ofereciam a um deus... O nosso deputado Carlos Henrique dá uma aula para a gente disso. Naquele tempo era assim, tinham relação com animal, não é? Aí veio uma civilização judaica, israelita, que ensinou que a única coisa que podia era: olho por olho, dente por dente. Matou, morreu. mas depois veio outra interpretação da lei, e essa interpretação é de Jesus, e a nossa civilização está fundada nessa interpretação. Qual é a interpretação? É de amor. E pessoas como essa eu encontrei em vários lugares, como no Manicômio Judiciário Jorge Vaz, em Barbacena. São pessoas que nunca mais poderiam ir ao convívio, a não ser que tivessem um laudo de um psiquiatra de cessação de periculosidade, porque essa pessoa tem um dano grave e não pode, nesse momento, por exemplo, conviver com a sociedade.

Acho que o caso mais importante é o de Champinha, lá de São Paulo, que, apesar de ter cometido crime aos 16 anos, encontra-se preso até hoje, porque nenhum psiquiatra lhe dá um laudo de cessação de periculosidade, e ele continua preso. Obrigado. Desculpe-me ter tomado tanto tempo.

O deputado Bartô – Imagine.

O deputado Cleitinho Azevedo (em aparte)* - Bartô, vou ser breve, só para relatar uma situação. Primeiro, eu acho que a gente está ofendendo os animais em chamar esse verme de animal, porque os animais têm muito mais valor que uma escória como essa. A gente pode se referir a essa pessoa como uma escória ou um verme. Ele não é um animal. Animal não faz isso. Quando o animal mata, ele mata é por fome. Ele não mata por covardia, só alguns animais.

Então eu queria só dar apoio à sua fala de hoje aqui. Eu acho que alguns crimes deveriam, sim, ter pena de morte, não para todos, mas para alguns crimes, sim. E para os que acham ruim a pena de morte, é só levar essas pessoas para a casa delas. Vi até uma questão do presidente esses dias sobre o presídio do Pará, e a Globo criticou o presidente até mandar parar. Não sou fã número um do presidente, não, acho que ele erra e acerta, só que nessa questão... Queria até dar um conselho para a Globo. Na Globo, há o Projac, então ela deveria pegar esse pessoal, fazer uma cela lá no Projac, colocá-lo lá e tomar conta, você está entendendo? Porque – pergunte para as vítimas mesmo –, quando um cara, um estupro vai lá e faz uma vítima, pergunte para a família como é que ela está! É com

essas pessoas que a gente tem que se preocupar, porque são os humanos direitos. A gente tem que dar direitos humanos aos humanos direitos. Então, para certos crimes, sim, eu acho que tem que ter pena de morte, ou pelo menos, no mínimo, nunca mais deixar saírem da cadeia. E botar para trabalhar! Porque a gente também não tem que pagar... Porque, pense para você ver: a família, Bartô, tem agora que trabalhar, pagar imposto para sustentar o cara que matou a filha, que estuprou a filha. Então, se não houver pena de morte para essa pessoa, que no mínimo ela não saia nunca mais da cadeia e que trabalhe para se manter. Eu acho que este país tem que ser justo. E é isso que está faltando neste país.

Então, parabéns pela fala e conte sempre comigo.

O deputado Bartô – Obrigado, Cleitinho. Lembramos que a vítima não é só a família, não é? Eu acho que a nossa sociedade é formada por várias questões que nos envolvem. Há a questão da ética, que é o exemplo que principalmente nós parlamentares damos para a sociedade; há a parte econômica, que serve para suprir a necessidade de todo mundo, pois todo mundo precisa de segurança, escola, infraestrutura, saúde; e há a parte moral. E essa parte moral é muito atingida quando a gente vê crimes como esse. Isso tira o brio da nossa população, tira o brio da sociedade, a sociedade fica revoltada, fica descrente na vida. E isso se complica, porque vai se somando a tantas e tantas e tantas outras coisas... A pessoa, quando é atingida diretamente, é mais forte, mas, quando isso não a atingida, ela fica um pouco mais receosa, mais traumatizada e isso gera tantos e tantos outros problemas para a sociedade como um todo.

Mas a pena de morte realmente é muito importante. Há até uma pessoa do meu convívio que sempre a criticou. Eu sempre defendia a pena de morte, e ela sempre era a favor de não ser tão fervoroso assim, de ser contra a pena de morte. Só que quando houve um caso próximo a ela, o caso de um pai que estuprou o filho de uma amiga dela, ela começou a rever se realmente era interessante ou não ter pena de morte, porque esse pai nunca tinha sido preso, nunca tinha dado problema nenhum, mas a vida da amiga dela se transformou em uma depressão contínua. Isso já havia acontecido há seis anos, quando a gente conversou, na época, e não estava acontecendo nada, mas para ela a vida acabou.

Foram verificar, e o pai da criança que estuprou também foi vítima de estupro. Ele tem sete irmãos, e os sete irmãos foram vítimas de estupro pelo avô. Então, é isso que falo, gente, não dá para poupar o lobo, a gente sacrifica os cordeiros. Se tivessem matado aquele cara lá em cima, ele não teria praticado crime com sete crianças, e essas crianças não teriam sido traumatizadas e não teriam feito tantos outros crimes e tantos outros crimes e tantos outros crimes. Então, é importante a sociedade rever quais valores são mais importantes: se é realmente acreditar em uma pequena possibilidade, remota, de conseguir curar uma pessoa ou deixar toda uma população exposta a esses crimes tão brutais que a gente vê aí, dia após dia. Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão dos oradores.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, colegas deputados, o que me traz à tribuna no dia de hoje é falar sobre as questões ambientais do nosso país.

Os últimos noticiários têm me causado muita preocupação, especialmente quanto ao que tem acontecido na Amazônia. Nos últimos dois meses, segundo dados do Inpe, tem-se registrado um desmatamento monstruoso na região. A gente sabe da relevância que a Amazônia tem para o mundo, para o clima. O Brasil, então, vem agora numa escalada muito forte de destruição da nossa floresta. O que me chama mais atenção é o fato de o presidente Jair Bolsonaro ter demitido o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, por estar divulgando a verdade. A verdade tem que ser colocada para a população brasileira.

Profª. Beatriz, anotei aqui alguns pontos que quero debater sobre essa questão ambiental, da política ambiental ou da ausência da política ambiental do atual governo federal. Esta semana usei a tribuna para falar da mamata, e deu uma repercussão danada, teve colega que não gostou. Mas quero fazer agora outra fala, preocupado com a questão do meio ambiente. Temos em Minas Gerais muitos ativistas das causas ambientais. O seu mandato mesmo é um mandato muito ativo na causa ambiental, na causa

humana, mas tem também um olhar para a causa ambiental. A senhora, Profa. Beatriz, sabe que o descuido nas questões ambientais e em uma fiscalização rigorosa, entre outras coisas, culminou em desastres gravíssimos em Minas Gerais: crimes da Vale, em Brumadinho e em Mariana, leniência na fiscalização, às vezes atacando a legislação ambiental, os órgãos ambientais, que, quando faziam a fiscalização estariam se intrometendo e impedindo, entre aspas, o “pseudoprogresso”.

Anotei aqui algumas informações para os colegas saberem. O presidente Bolsonaro diz que dados sobre desmatamento devem passar por ele antes de serem divulgados à imprensa. Não ficou satisfeito com a repercussão, inclusive internacional, dos dados do desmatamento.

O presidente Bolsonaro quer resolver o problema da seguinte maneira: se o IBGE fala que o desemprego está alto, ele não cria uma política para gerar emprego. Ele vai acabar com a metodologia de pesquisa. Se o Inpe fala que o desmatamento está aumentando, ele acaba com o Inpe, para não ter metodologia, não ter informação. Então, ele não ataca o problema, ele ataca o dado.

O desmatamento na floresta amazônica cresceu 67%, em 2019, de acordo com a Agência Nacional de Pesquisa Espacial. Só no mês de junho, o aumento da destruição foi de 88%, em comparação com o mesmo mês de 2018. Essa irresponsabilidade com a Amazônia coloca em risco o chamado Fundo da Amazônia. São recursos que o nosso país recebe da Noruega e da Alemanha. Só da Noruega, para vocês terem ideia, estamos falando de mais de R\$3.400.000.000,00; da Alemanha, mais R\$200.000.000,00. São recursos que devem ser utilizados na preservação, na manutenção da floresta. Com isso tudo, o presidente se autointitula, de maneira irônica, Capitão Motosserra.

Foi registrada a destruição de 2.255km² na Amazônia, em julho, crescimento de 304%, de acordo com o Inpe. A área, para vocês terem uma ideia, é a maior registrada nos últimos anos e corresponde ao território de Luxemburgo. Multas do Ibama caíram em média 23%, comparado com os últimos cinco anos. Foram cerca de cinco mil e oitocentos autuações em seis meses. No primeiro semestre de 2018, já foram mais de sete mil, para se ter uma ideia. As operações de fiscalização do Ibama caíram 58% este ano. Na Amazônia, a redução foi de 77%, nas ações de combate ao desmatamento. Por falar em Ibama, o presidente Bolsonaro, que havia sido multado pelo Ibama por pesca irregular, na região de Angra dos Reis, teve a sua multa suspensa, e o funcionário que aplicou a multa foi exonerado.

Os absurdos continuam. O oceanógrafo José Martins da Silva Júnior, analista ambiental, em Fernando de Noronha, e coordenador de um projeto de preservação de golfinhos, no arquipélago, foi removido do seu cargo, no Instituto Chico Mendes, de conservação da biodiversidade e transferido para uma unidade de conservação no sertão pernambucano, contra o seu interesse. Você tira um biólogo, um oceanógrafo renomado, com um projeto importante na região de Fernando de Noronha, e, por retaliação, manda-o para o sertão pernambucano. O que vai fazer um oceanógrafo no sertão pernambucano? Ele é um dos críticos do aumento exponencial da visitação em Fernando de Noronha, que está acima do limite permitido. Como todos sabemos, o presidente Bolsonaro quer transformar a região numa região de grande exploração econômica, com turismo, mas sabemos que a consequência será o dano ao bioma, o dano ao meio ambiente.

Qual é a outra fala do presidente Bolsonaro? Acabar com a Estação Ecológica de Tamoios, em Angra dos Reis, na Costa Verde, do Rio, que foi recentemente reconhecida pela Unesco como a área de interesse ambiental e patrimônio mundial, região que ele propõe abrir à exploração turística e transformar na Cancun Brasileira. Não sou contra que o país tenha áreas de forte movimento e fluxo turístico. As belas praias do Rio de Janeiro, da Bahia, de todo o Nordeste e também do Sul podem cumprir muito bem esse papel. Agora, por que utilizar-se de uma área de interesse ambiental para transformá-la numa região de exploração agressiva e de maneira turística?

Vamos continuar. O governo Bolsonaro disse que um grupo de estudo vai ser formado para a revisão de 334 unidades de conservação do País, das quais 190 já foram criadas no governo do PT. Segundo eles, porque não havia critério. O ministro Ricardo Salles solicita ao Ibama que revisem um parecer técnico sobre o Parque Nacional de Abrolhos, na Bahia. O objetivo da revisão é

autorizar o leilão de campos de petróleo. Ele aponta que a área tem relevância estratégica do tema. E nós sabemos que a região de Abrolhos é uma área importantíssima para a preservação de diversas espécies, algumas inclusive ameaçadas de extinção.

O deputado Osvaldo, que está aqui, é um grande lutador pelas causas de defesa dos animais. Quando a gente fala dos animais, há aqueles que são domésticos, do nosso convívio, professor, como os nossos cães, os gatos, algumas aves, mas há também os animais que são fundamentais para a manutenção do ecossistema do nosso país. A região de Abrolhos é fundamental no controle também ambiental. Se deixar por conta do ministro Ricardo Salles, aquela área tem de se transformar numa área de exploração de petróleo.

A deputada Beatriz Cerqueira (em aparte) – Caro Cristiano, boa tarde. Presidente, boa tarde. Deputado, na verdade, V. Exa. acabou contribuindo com um momento de formação. Nós estamos aqui, nas galerias, com vários estudantes. Então, recebam o nosso abraço, aqui conosco, porque tiveram a oportunidade de escutar informações muito relevantes. Estamos num momento, gente, em que não necessariamente todas as notícias são verdadeiras. É o que eles chamam de *fake news*. Então, registro a importância da fala do deputado Cristiano Silveira, que está fazendo uma síntese importantíssima sobre o meio ambiente, sobre os impactos. Todas as informações que ele está nos trazendo são reais; não são notícias falsas, ditas por alguém que quer desviar a real discussão que a gente precisa fazer. Então, obrigada pela presença de vocês, que muito engrandece o cotidiano e o trabalho na nossa Assembleia Legislativa.

Foi muito oportuna a escuta da sua fala.

Eu me motivei a contribuir nessa sua intervenção, deputado, por duas questões. A primeira, quando falamos sobre fiscalização, sobre o combate a essas formas de corrupção que acontecem em relação ao licenciamento, ao desmatamento, é fundamental o fortalecimento dos serviços públicos. Não adianta colocarmos lá #maisfiscalização e não defendermos concursos públicos. Não adianta fazerem belíssimos discursos em favor de uma rigorosa fiscalização, se nós não respeitarmos e não tivermos servidores públicos que, exatamente por serem concursados e nomeados, terão a isenção necessária para atuação. A atuação do presidente Bolsonaro, em que ele vai eliminando, vai exonerando, vai tirando do cargo, vai transferindo todo mundo que pensa diferente dele, demonstra, ao inverso daquilo que estou dizendo, a importância de nós termos servidores que se comprometam com o Estado, pessoas que se comprometam com este cotidiano da fiscalização, e não os servidores que vão dizer o que o presidente quer ouvir, o que o governador quer ouvir, o que o prefeito quer ouvir. Por isso, a importância dos concursos públicos.

Para finalizar, permita-me lembrar que o governo Zema está há 220 dias sem realizar uma única nomeação de concurso público. Em 2019, não tivemos nomeação alguma de concurso público. Temos professores, professoras, trabalhadores em educação da rede estadual que passaram em concurso dentro das vagas divulgadas no edital, mas, até este momento, nenhuma nomeação foi feita. Então, eu quero reiterar a importância do concurso dos seus servidores e cobrar do governador Romeu Zema, que tem identidade com o governo Bolsonaro, que faça a nomeação de todos os aprovados do concurso para todos os cargos vagos existentes.

E, por fim, deputado Cristiano, permita-me fazer aqui uma convocação: no próximo dia 13 de agosto, terça-feira, haverá greve nacional da educação. Sofremos um golpe fortíssimo com a aprovação de uma reforma da Previdência no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, que agride todo o povo brasileiro e também as nossas professoras. Nós não aceitamos 40 anos de sala de aula, não aceitamos os cortes no orçamento da educação básica.

Outro dia, escutei alguém dizendo, em relação à questão das emendas, que nada tinha a ver a liberação de emendas parlamentares com a votação. E qual é a nossa surpresa quando a própria imprensa nos trouxe a notícia de que as emendas parlamentares, que estão indo para os deputados federais, que votaram a reforma da Previdência, lá, na Câmara, estão saindo do orçamento da educação. Ou seja, menos educação, menos direito para o povo. O dinheiro vai para a emenda parlamentar de quem ajudou a colocar 40 anos de sala de aula nas costas das nossas professoras.

Portanto, no dia 13 de agosto, a aula será na rua com a greve nacional da educação.

O deputado Cristiano Silveira* – Obrigado, Profª. Beatriz.

O deputado Cristiano Silveira* – Sejam bem-vindos. Estou aqui, queridos alunos, fazendo uma discussão da situação ambiental do nosso país; trazendo informações sobre o desmatamento da Amazônia, que tem aumentado muito nos últimos dois meses, o que muito nos preocupa. Os estudantes e os professores costumam fazer as semanas em que tratam das questões ambientais nas escolas, não é isso? Então, penso que, num curto espaço de tempo, as informações que vamos tratar nessas semanas não serão as melhores. Há um risco muito grande de perdermos um dos patrimônios mais importantes para o povo brasileiro, senão, para toda a população mundial, que é a nossa floresta amazônica, que está em risco.

Profa. Beatriz, falei hoje sobre isso. O País poderá perder o fundo da Amazônia, mais de R\$3.200.000.000,00, num momento de crise que não tem dinheiro para muita coisa. Falei da perseguição àqueles que trazem os dados reais da situação do nosso país, uma questão ambiental com a perseguição que sofreu o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Ele foi exonerado pelo governo Bolsonaro por estar divulgando verdades, que repercutiram em todo o mundo. E a imagem do nosso país, mais uma vez, não ficou nada boa.

Falei aqui sobre os problemas relacionados à região de Abrolhos, onde o ministro Ricardo Salles quer rever a condição de área de proteção daquela região para que se faça exploração de petróleo, colocando em risco diversas espécies da vida marinha. Trata-se de uma região importante. Temos visto os nossos índios sendo ameaçados e alguns até mortos pelo entusiasmo que causam as falas e a postura do presidente Bolsonaro com relação à demarcação das terras indígenas.

Por falar nisso, o presidente Bolsonaro quis tirar da competência da Funai a demarcação das terras. A medida foi cancelada pelo Supremo Tribunal Federal.

Para que eu possa concluir a minha fala, em resumo até mesmo do que fiz, nesta semana, de discurso nesta tribuna, faço uma referência ao chargista Duke, a uma das charges que ele fez nesta semana. Se fosse um bate-pronto - alguém perguntando ao presidente Bolsonaro -, perguntaria ao presidente Bolsonaro: “Presidente, oposição? Mata. Amazônia? Desmata. Família? Mamata”. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/8/2019, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

nomeando Eduardo Calisto Clemente, padrão VL-20, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Rosângela Reis.

TERMO DE CONTRATO Nº 50/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Odontosaúde Padre Eustáquio Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica nas especialidades de clínica geral odontológica, cirurgia buco maxilo facial e endodontia, em regime ambulatorial, aos beneficiários da assistência de saúde da credenciante. Vigência: sessenta meses a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 76/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S. A. Objeto: Uso de 4.5 Mhz de capacidade espacial em satélite – banda C. Objeto do aditamento: segunda prorrogação da vigência contratual, em caráter excepcional. Vigência: de 2/8/2019 até, no máximo, 1º/2/2020, ou até a data de início de vigência do contrato oriundo de procedimento licitatório para contratação de semelhante objeto. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 80/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Talentos Cinevídeo Eireli – EPP. Objeto: prestação de serviços de operação de sistemas eletrônicos de áudio e vídeo para a Diretoria de Rádio e Televisão da contratante. Objeto do aditamento: revisão de preços decorrente da aplicação das Convenções Coletivas de Trabalho 2019-2021 que trouxeram reajustes salariais para as categorias de radialistas e jornalistas, pagamento de abono salarial de acordo com as Convenções Coletivas de Trabalho 2019-2021 e ampliação de objeto na proporção de 3,33%. Vigência: a contar da assinatura, observando-se que os efeitos diferenciados foram estabelecidos nas próprias cláusulas deste aditivo. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.3.3.90.(10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 82/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Petrobrás Distribuidora S.A. Objeto: fornecimento de combustível. Objeto do aditamento: alteração de preços, unitários e total, do contrato para restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro – redução do preço unitário dos combustíveis (R\$ 6.631,80). Vigência: a partir da data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 17 de julho de 2019. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 83/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Lavsec Rápido Ltda. Objeto: prestação de serviços de lavanderia. Objeto do aditamento: 4ª prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, de 27/8/2019 a 26/8/2020. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

**ERRATA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 10/8/2019, na pág. 31, onde se lê:

“Marlene Ferreira Gonçalves”, leia-se:

“Marlene Gonçalves Araújo”.